



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 21 de maio de 2019.

Edição n. 2616

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de maio de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2616

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 173/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n. 1308/2019, que nomeou EDIANE ALINE VATER, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de negativa de interesse, observando-se a opção por última chamada, nos termos do parágrafo único, do Art. 16, da Lei Complementar 10.098/94 (Port. 1730/2019).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, FERNANDA ERTHAL SEIBERT, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo (10º) lugar na Lista de Classificação da Região do Médio Uruguai (Port. 1731/2019).

REVOGAR

- a contar de 20 de maio de 2019, a Portaria n. 1126/2019, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor EMERSON DE CARVALHO KALISKI, Oficial do Ministério Público, ID n. 3896935, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Camaquã, duas vezes por semana (Port. 1732/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de maio de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE COMPRAS

PROCESSO SGA N. 00588.000.312/2019
PROCESSO SGCON N. 02405.000.019/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N. 005/2019

1º pedido de consumo referente à Ata de Registro de Preços 0003/2019, decorrente do Pregão Eletrônico N. 005/2019, firmada com a empresa VINICIUS DE SOUZA - FAG COMUNICAÇÃO VISUAL conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Adesivo vinil na cor Azul Céu, com 1cm X 35cm . Adesivo para placa tamanho 35,0cm X 15,0 cm com fonte Zap Bold - Maiúsculas tamanho 90pt - Minúsculas tamanho 80pt A placa de MDF será fornecida pela Procuradoria-Geral de Justiça Prancha D1	15,00	2,75

2	Adesivo vinil preto do tipo recorte eletrônico ou impresso na cor preta, texto na fonte Zap tamanho 30pt. Para substituição de adesivo em placa metálica existente, retirar o adesivo, lixar, pintar e aplicar o adesivo quando necessário ou somente adesivagem em placa existente. Placa com 16,0cm X 5,0cm. Prancha D2	15,00	5,16
3	Adesivo vinil na cor Azul Céu , 19,0cm x 8,5cm, com textos na fonte Zap tamanho 80pt e 30pt, impressos na cor branca ou com adesivo vinil branco do tipo recorte eletrônico, para substituição de adesivo em placa existente, ou somente adesivagem em placa fornecida pela Procuradoria-Geral de Justiça. Prancha D3	15,00	6,70

Valor Total da aquisição: R\$ 219,15; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de maio de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

EDITAL N. 108/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos Termos de Eliminação de Documentos n. 181/2019, n. 222/2019, n. 223/2019 e n. 224/2019 e na Lista de Eliminação de Documentos n. 54/2019, preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de maio de 2019.

DIOMAR JACINTA RECH,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 212/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01866.000.049/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. OBJETO: Apurar eventual venda irregular de bebidas alcoólicas no Ginásio Municipal daquela cidade. INVESTIGADO(S): Município de Saldanha Marinho. LOCAL DO FATO: Saldanha Marinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01583.000.649/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Fresteiro Barbosa Lang. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Não fornecimento de tratamento médico pelo Município aos idosos acolhidos no Pensionato Nosso Lar. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01618.000.224/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar o regular fornecimento de medicamentos e insumos em geral na rede de saúde municipal de Sapucaia do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01910.000.354/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três de Maio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Melo de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio. OBJETO: Ofício encaminhado pelo Hospital São Vicente de Paulo, noticiando casos de intoxicação por lidocaína. INVESTIGADO(S): Maurício Garrafa Eickhoff, Manipulab - Paulo Guilherme Sauer Kreutz, Janaïne Micheli Chassot, Dermatus Estética e Saúde Ltda. LOCAL DO FATO: Três de Maio/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.136/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA

RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar denúncia acerca gestão do Fundo Estadual de Saúde pela Secretaria Estadual da Fazenda. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.820/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogéria Helena Cipriani. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento da ILPI Residencial Recanto dos Avós, Razão Social Gisele Nunes Lisboa da Silva-ME, CNPJ n. 28.581.160/0001-90, localizada na Rua Professor Abílio Azambuja, n. 125, Bairro Jardim do Salso, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Residencial Recanto dos Avós. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.822/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogéria Helena Cipriani. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento da ILPI Pensionato da Terceira Idade, estabelecida na Rua Ênio de Souza, 62, bairro Vila Nova, Nesta Capital. INVESTIGADO(S): Pensionato Terceira Idade. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.117/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogéria Helena Cipriani. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Fiscalizar permanentemente a ILPI Lar de Idosos Vovozona, Razão Social Patrícia Gonçalves Alves - ME, CNPJ n. 21996829/0001-66, localizada na Rua Ladislau Neto, n. 530, bairro Ipanema, nesta Capital. INVESTIGADO(S): ILPI Patrícia Gonçalves Alves - ME, nome fantasia Lar de Idosos Vovozona. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Maio de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.